

JOÃO VIEIRA

Por

Maria Odila Fonseca

odila@terenet.com.br

Doutora em Ciência da Informação – IBICT/UFRJ-ECO
Professora da UFF e do IBICT?UFF

Julio Cesar Cardoso

julioc72@gmail.com

Mestre em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ-ECO) e Arquivista
do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
(BNDES)

André Ricardo Luz

andrericardoluz@gmail.com

Mestrando em Ciência da Informação (IBICT/UFF)
Arquivista da empresa Devon Energy

Nesta edição apresentamos a entrevista realizada com o Arquivista João Vieira, chefe da Divisão de Arquivos da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), de Portugal. Iniciado no ofício arquivístico no âmbito do “Grupo de Trabalho para a Pré-arquivagem”, (entidade criada em 1986 no quadro do processo de reforma do Arquivo Nacional), estudou - juntamente àquele grupo - critérios e métodos de avaliação e selecção de documentos de arquivo da Administração Pública portuguesa, herdada pelo Instituto Português de Arquivos, assumindo funções de concepção e coordenação de intervenções arquivísticas na área da avaliação e selecção, bem como no domínio dos arquivos em fase corrente. No âmbito dessas funções passou a representar Portugal no Grupo de Trabalho Ibero-americano para a Gestão de Documentos Administrativos, entidade onde o Brasil desempenhou um papel fundamental através do seu primeiro representante, professor e pesquisador José Maria Jardim. Atualmente exerce as funções de chefe da Divisão de Arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), na área dos arquivos de arquitectura de forte impacto científico, cultural e administrativo. Vem exercendo também, em paralelo com as funções públicas, as responsabilidades de consultor de arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

1. **A.Net:** Poderia nos fornecer uma breve biografia profissional sublinhando pontos que queira destacar em sua formação e/ou em sua experiência profissional?

A minha formação universitária começou na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa onde, entre 1982 e 1986, frequentei a licenciatura em História. O facto do plano de estudos desse curso privilegiar claramente o desenvolvimento de competências essenciais no domínio da investigação científica revelou-se mais tarde determinante na consolidação científica da abordagem técnica aos diversos projectos arquivísticos em que fui profissionalmente envolvido. Ao mesmo tempo, essa experiência académica de investigação científica acabou por representar o meu primeiro contacto com o universo dos arquivos e da documentação. A especialização em Ciências Documentais – variante Arquivos foi realizada entre 1986 e 1988, com a frequência do curso de pós-graduação ministrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A minha iniciação ao trabalho arquivístico foi feita no âmbito do Grupo de Trabalho para a Pré-arquivagem, entidade criada em 1986 no quadro do processo de reforma do Arquivo Nacional. A esse Grupo de Trabalho coube o estudo e a experimentação de critérios e métodos de avaliação e selecção de documentos de arquivo da Administração Pública portuguesa. Essa missão foi em 1988 herdada pelo Instituto Português de Arquivos, organismo a cujo quadro de pessoal passei então a pertencer, assumindo funções de concepção e coordenação de intervenções arquivísticas na área da avaliação e selecção, bem como no domínio dos arquivos em fase corrente. Foi no âmbito dessas funções, aliás, que passei a representar Portugal no Grupo de Trabalho Ibero-americano para a Gestão de Documentos Administrativos, entidade onde, por sinal, o Brasil desempenhou um papel fundamental através do seu primeiro representante, o José Maria Jardim. Considero que esta experiência inicial na área dos arquivos em fase intermédia e corrente marcou de forma decisiva a minha visão sobre os arquivos, a sua gestão e a sua função social e organizacional.

Essa experiência foi, depois, sendo aprofundada e consolidada, quer no decurso da minha actividade de arquivista em arquivos da Administração Pública Central, quer enquanto consultor de arquivos junto de organismos públicos e privados. Actualmente, e desde 1994, exerço as funções de chefe da Divisão de Arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), contexto onde foi possível desenvolver um programa arquivístico na área dos arquivos de arquitectura de forte impacto científico, cultural e administrativo. Também desde há alguns anos que venho exercendo, em paralelo com as funções públicas, as responsabilidades de consultor de arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

A actividade docente foi desde sempre acompanhando e complementando a minha carreira de arquivista. Actualmente sou responsável pela disciplina de Descrição e Indexação de Informação Arquivística do Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Nova de Lisboa.

Também no plano da cooperação arquivística internacional tenho procurado, nos últimos anos, desenvolver uma intervenção consequente. Presentemente sou o secretário da Secção de Arquivos de Arquitectura do Conselho Internacional de Arquivos, bem como membro do Conselho Editorial (COMMA) desse organismo.

2. **A.Net:** Poderia nos fornecer uma breve descrição da situação do serviço arquivístico pelo qual é responsável: missão, situação hierárquica, fundos arquivísticos sob custódia, política de recolhimento, datas limites do acervo, tipos documentais mais ocorrentes, condições de acesso e preservação?

A Divisão de Arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais é uma unidade orgânica criada nos anos 90, na sequência de uma

reforma institucional que, entre outros objectivos, procurou dotar aquela instituição septuagenária da Administração pública portuguesa – a DGEMN -, devotada à salvaguarda e valorização do património arquitectónico português e à construção e gestão dos edifícios públicos, de um eficaz sistema de informação e documentação.

A política de informação traçada para esta instituição – e que suporta o SIPA, Sistema de Informação para o Património - assenta na convicção de que os recursos de informação e documentação sobre arquitectura, designadamente os arquivos, podem e devem assumir uma importância estratégica no contexto das organizações que desenvolvem actividades arquitectónicas:

- na medida em que o acesso a mais e melhor informação e documentação autêntica se reflecte directamente na qualidade do seu desempenho institucional e no fortalecimento da identidade e cultura organizacionais;
- no sentido em que a disseminação junto de terceiros dessa informação e documentação autêntica pode constituir-se como um poderoso meio de potenciar, indirectamente, o desenvolvimento da missão institucional.

É missão da Divisão de Arquivos promover a aquisição, a salvaguarda e valorização dos arquivos gerados no âmbito da DGEMN, independentemente da fase do ciclo vital em que se encontrem, bem como de arquivos e espólios empresariais e pessoais de entidades ligadas directa e indirectamente à actividade arquitectónica e urbanística em Portugal.

O acervo documental à guarda da Divisão de Arquivos é essencialmente composto por fundos institucionais, conjuntos que documentam com grande detalhe os grandes e pequenos empreendimentos estatais de construção, remodelação e conservação de edifícios públicos em todo o território português, bem como a actividade de preservação, conservação e restauro do chamado património arquitectónico nacional: monumentos, conjuntos, sítios e paisagens culturais. Trata-se de documentação maioritariamente dos

séculos XX e XXI, ainda que seja significativo o número de espécies datadas do século XIX e até do século XVIII. Integram esse repositório: cerca de 7.000 ml de documentação textual, 400.000 fotos e 200.000 desenhos técnicos.

À guarda da Divisão de Arquivos encontra-se, além da documentação institucional atrás referida, um conjunto muito significativo de arquivos pessoais de distintos arquitectos e urbanistas portugueses do século XX, bem como de destacados artistas ligados à produção arquitectónica. A aquisição destes conjuntos documentais, que integram o acervo da Direcção-Geral a título precário (contrato de comodato), visa enriquecer, diversificar e potenciar os conteúdos informativos disponíveis para o público sobre arquitectura e urbanismo.

Todos os projectos arquivísticos desenvolvidos desde 1994 até à presente data estruturam-se em 3 vertentes distintas, ainda que interrelacionadas:

- a organização e o tratamento arquivístico;
- a transferência de suporte/digitalização;
- a preservação e conservação material.

Mercê do grande investimento efectuado na digitalização de arquivos, a DGEMN é, neste momento, a entidade pública em Portugal detentora do maior arquivo digital disponível *on-line*, via *web* e via rede interna. Com efeito, encontram-se acessíveis em formato electrónico a totalidade dos desenhos técnicos e das fotografias dos fundos institucionais, assim como 12.500.000 de páginas textuais. Estas últimas espécies, para além de pesquisáveis, como as anteriores, através das descrições arquivísticas informatizadas produzidas para o efeito, são ainda passíveis de recuperação através de pesquisa ao próprio texto.

Não obstante as infindáveis possibilidades de disseminação no espaço que a tecnologia digital permite, o acesso via *web* a muitos dos documentos em

causa encontra-se sujeito a restrições, por razões de segurança dos edifícios e de protecção dos direitos autorais de projectista e de privacidade dos utentes.

Do ponto de vista das condições de preservação e conservação material, refira-se que não só a DGEMN dispõe de um edifício que garante, à partida, as condições e requisitos técnicos e tecnológicos impostos pelos imperativos da conservação, do processamento e do acesso a arquivos, como as políticas e as práticas de P&C estabelecidas asseguram, no dia-a-dia, uma adequada gestão material das espécies.

3. **A.Net:** Quais são os quadros e/ou esquemas de arranjo? Quais os procedimentos de descrição? Qual a situação em relação à norma ISAD-G?

Até ao momento presente não foi considerada prioritária a criação de um plano de classificação que promova e permita uma percepção uniforme da diversidade do território arquivístico em causa. A nossa prioridade, isso sim, consistiu em recuperar a ordem original que cada arquivo conheceu, nas suas fases corrente e intermédia. Nesse sentido, foi nossa opção de fundo resgatar e restabelecer os planos de classificação - explícitos ou implícitos - que cada entidade originalmente utilizou como instrumento de produção de contextos arquivísticos de significação para os seus documentos. Esta entrevista não é o lugar mais adequado, julgo eu, para discorrer sobre as motivações teóricas que subjazem a essa opção estratégica. Permito-me, por isso, remeter os leitores para o texto que publiquei no final de 2006 na *Arquivos & Administração*. A política de descrição por que se optou prescreve a descrição multi-nível dos fundos, como não poderia deixar de ser. Todavia, a profundidade dessa descrição foi fixada a níveis diversos, consoante o tipo de registos predominante. No caso da documentação textual o nível mais baixo coincidiu com o processo e suas subdivisões (sub-processo, sub-sub-processo ...) No caso das colecções de desenhos e fotografias, todavia, a profundidade da descrição foi ajustada ao nível da foto e do desenho individuais, ou seja, ao nível da peça, na terminologia por nós utilizada. A opção por uma descrição tão aprofundada radica no facto do grau de sofisticação de *out-puts*

exigido pelo nosso utilizador médio ao sistema arquivístico ser normalmente muitíssimo elevado. Também o facto das políticas de comunicabilidade e de preservação e conservação implantadas exigirem uma gestão individual e diferenciada de cada uma das espécies, independentemente do seu contexto arquivístico original, prescreve a produção e gestão de representações autónomas para cada uma delas.

As ISAD-G são por nós encaradas como um dos possíveis formatos simplificados de *out-put* de dados provenientes das descrições.

4. **A.Net:** A construção do Tesouro: a partir de que momento se percebeu a necessidade da construção de uma linguagem documentária específica? Houve diagnóstico ou avaliação de alguma linguagem já disponível? As necessidades específicas de qualquer grupo de usuários influenciaram a decisão de construir a linguagem?

A ideia de construir um Tesouro especializado em Arquitectura, Urbanismo e Paisagem surgiu na DGEMN há cerca de 10 anos, se bem que só nos últimos 2 anos tenha começado a ser concretizada sistematicamente. O objectivo de criar aquele que hoje em dia é conhecido como o Tesouro SIPA, composto por cerca de 4500 termos e disponível em www.monumentos.pt, foi, desde o início, o de responder às necessidades de controlo da utilização de conceitos e da correspondente terminologia colocadas quer pelos arquivistas quer pelos historiadores da Arte e da Arquitectura, responsáveis pela produção dos registos da base de dados do Inventário do Património Arquitectónico, outro dos recursos centrais que, a par dos arquivos, compõem o SIPA Sistema de Informação para o Património. Desde sempre foi claro para nós que a normalização da linguagem era condição *sine qua non* para garantir a desejável interoperabilidade entre os diferentes componentes do sistema de informação assim como para potenciar a eventual troca de dados entre distintos sistemas. Do ponto de vista especificamente arquivístico a utilização de um vocabulário controlado do tipo Tesouro para a representação de conteúdos impôs-se desde início como estratégia mais interessante e eficaz

para a criação de múltiplos e flexíveis pontos de acesso à documentação. Preferível à visão rígida e mono modal de um quadro de classificação, ainda mais quando a utilização destas taxonomias por profissionais menos avisados pode representar a destruição pura e simples das estruturas arquivísticas originais.

Antes de iniciar esse empreendimento foram analisadas alternativas. Foi, sobretudo, ponderada a hipótese de utilizar aquele que é, sem sombra de dúvida, o melhor Tesouro no mundo para os domínios da Arte e Arquitectura, o *Art and Architecture Thesaurus* da Getty Foundation. Todavia, o grau de especialização dessa espantosa ferramenta não nos pareceu, apesar de tudo, suficiente para satisfazer as necessidades específicas dos produtores e consumidores de informação constante do SIPA: arquivistas e bibliotecários, arquitectos e urbanistas, engenheiros, historiadores da Arte e da Arquitectura - , bem como para cobrir as particularidades do universo da arquitectura e da arte e património portugueses.

5. **A.Net:** Metodologia do projeto: como foram distribuídas as tarefas básicas? Que grupo definiu as principais classes a serem verticalizadas? Qual o processo da verticalização? Que tipo de profissional ficou responsável pelas áreas específicas do vocabulário? A partir de que fontes foram identificados os termos principais e como se projetou sua verticalização? Como se organizou a gerência do projeto?

A coordenação geral do projecto é da minha responsabilidade, sendo que me cabe ainda assegurar a coerência formal do vocabulário a todos os níveis da estrutura. A investigação e a proposta/candidatura de termos – descritores, não descritores, termos-guia, ilustrações, etc. - as correspondentes notas explicativas, quando se justificam, e o estabelecimento das relações entre termos é da responsabilidade de especialistas nas diferentes áreas, essencialmente provenientes da ampla equipa multidisciplinar que integra o Inventário do Património Arquitectónico. A análise e discussão das propostas são feitas em dois tipos de instâncias: grupos de trabalho restritos e grupo alargado. Existe ainda a possibilidade de consulta a especialistas externos.

A estrutura do Tesauro é profundamente influenciada pelo conceito de pós-coordenação. Além disso, trata-se de um Tesauro de facetas, no sentido em que cada descritor pode ser decomposto por diversos grupos de descritores, de acordo com uma faceta ou perspectiva específica, designadamente as facetas: “função”, “forma” e “contexto”. O desenvolvimento das hierarquias não obedece a nenhum programa rígido que determine, por exemplo, qual a hierarquia que se vai trabalhar prioritariamente ou qual o nível de profundidade a que se deve chegar em cada uma das hierarquias. Pelo contrário, a produção do Tesauro é feita de forma orgânica e flexível, seguindo de perto e tentando traduzir os avanços na investigação técnica, científica e artística que se vai desenvolvendo no âmbito dos diversos projectos SIPA. A estratégia é, pois, transportar para o Tesauro, toda a *expertise* técnico-científica apurada em cada momento. O que significa que, por vezes, são trabalhados descritores de uma dada hierarquia específica, por exemplo “Componentes de edifícios e estruturas construídas”, independentemente do tipo arquitectónico; outras vezes descritores de “Arquitectura residencial” ou de “Azulejaria”, cruzando todas as hierarquias. Esta estratégia apresenta óbvias vantagens no sentido em que privilegia a especialização do conhecimento e o contacto com as suas fontes primárias. Tem a desvantagem de exigir uma coordenação mais atenta no sentido de, em permanência, garantir a coerência do conjunto e a ausência de ruído.

As fontes primordiais do Tesauro são, em suma, o próprio sistema de informação que o Tesauro visa servir, ou seja, o SIPA. Para se ter uma ideia, encontram-se disponíveis on-line na base de dados de Inventário do Património Arquitectónico, cerca de 30.000 registos de imóveis, conjuntos, sítios e paisagens culturais de todo o país e, inclusivamente, de alguns territórios e regiões colonizadas por Portugal, como é o caso do próprio Brasil. Para além dessas fontes primárias, grupo ao qual também devemos juntar as próprias fontes arquivísticas de que dispomos, juntam-se outro tipo

de recursos, como sejam outros Tesouros. Nesse grupo, como não podia deixar de ser, pontua o *AAT*.

6. **A.Net:** As questões relativas à informática? Como se deu a relação entre os documentalistas e os informáticos? Qual o papel da Web no projeto?

A gestão do Tesouro SIPA exigiu a criação de uma base de dados especializada. Essa ferramenta informática, já em fase operacional, não só gere e disponibiliza registos desse vocabulário concreto como de outros instrumentos de indexação e de classificação, como listas de descritores e os próprios planos de classificação dos arquivos.

O processo de criação dessa base de dados de gestão de linguagens, designadamente no que se refere às relações entre as duas partes do projecto (arquivistas e informáticos) correu com bastante eficácia e eficiência, como não poderia deixar de ser.

A web é a via escolhida para a divulgação a grande escala do Tesouro. Como já referi, é através do site www.monumentos.pt que ele é disponibilizado ao grande público.

7. **A.Net:** Usos e usuários. Quem usa, para o que usa, o quanto usa, como usa?

São os utilizadores internos, agentes do SIPA, os clientes-alvo do Tesouro. Utilizam-no com o objectivo de uniformizar a linguagem empregue na produção dos registos das bases de dados do sistema, de molde a garantir pesquisas e recuperação de informação e documentação com elevadas taxas de pertinência.

Quanto aos utilizadores externos do tesouro, confesso que não tem sido nossa prioridade conhecer quem o utiliza, como e com que objectivos. Até ao momento não temos tido possibilidade de fazer essa monitorização para nós, em todo o caso, muito importante. De futuro será possível que, por meios informáticos, os próprios utilizadores externos contribuam com

propostas de actualização/alteração do Tesauro, hipótese que agora só pode ser efectivada por meios de comunicação tradicionais, e-mail incluído. E é precisamente através deste tipo de *feed-back* que nos têm chegado impressões sobre a ferramenta e a sua utilização.